

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N. 007/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO COMPRAS.GOV.BR N. 90.107/2026**

**PROCESSO SEI N. 387.00001957/2026-04**

**CONTRATANTE (UASG) - (253101)**

**OBJETO:**

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFEÇÃO DE CARTÕES-SENHA, EM ETIQUETAS ADESIVAS PERSONALIZADAS, PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO DE FAMÍLIAS AO ATENDIMENTO HABITACIONAL PELA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CDHU NOS PROGRAMAS HABITACIONAIS DO ESTADO**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 18/06/2026 às 9h (horário de Brasília)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO**

**MODO DE DISPUTA: ABERTO**

**PREFERÊNCIA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM**

A **Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU**, situada na Rua Boa Vista, 170 - Edifício C.I.D.A.D.E. I, Centro, São Paulo/SP, doravante denominada simplesmente **CDHU**, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica, por intermédio do Portal de Compras do Governo Federal – [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), nos termos da Lei federal n.º 14.133/21 e demais normas aplicáveis à espécie, incluindo as orientações constantes de Manuais de Pregão Eletrônico pela Nova Lei de Licitações e do SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, publicados naquele portal e deste partes indissociáveis, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal n.º 13.303/16, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), da Política de Transações com Partes Relacionadas e do Código de Conduta e Integridade da **CDHU**.

## 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação visa à contratação de serviços gráficos para confecção de cartões-senha, em etiquetas adesivas personalizadas, para o processo de seleção de famílias ao atendimento habitacional pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU, nos Programas Habitacionais do Estado, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo IV, compreendendo:

GRUPO	ITEM	SERVIÇOS GRÁFICOS – PRODUTOS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. TOTAL	CATSER
I	1	<b>CARTÃO-SENHA COR AZUL</b> – em conformidade com as especificações de item 5.2.1.1. deste Termo de Referência.	unidade	450.000 Unidades	18961
	2	<b>CARTÃO-SENHA COR VERDE</b> – em conformidade com as especificações de item 5.2.1.2. deste Termo de Referência.	unidade	50.000 Unidades	
	3	<b>CARTÃO-SENHA COR VERMELHA</b> – em conformidade com as especificações de item 5.2.1.3. deste Termo de Referência.	unidade	10.000 Unidades	

	4	<b>CARTÃO-SENHA COR LARANJA</b> – em conformidade com as especificações de item 5.2.1.4. deste Termo de Referência.	unidade	45.000 Unidades	
	5	<b>CARTÃO-SENHA COR BRANCA (IDOSOS)</b> – em conformidade com as especificações de item 5.2.1.5. deste Termo de Referência.	unidade	50.000 Unidades	
	6	<b>CARTÃO-SENHA COR AMARELA</b> – em conformidade com as especificações de item 5.2.1.6. deste Termo de Referência.	unidade	40.000 Unidades	
	7	<b>CARTÃO-SENHA COR CINZA (IDOSOS ACIMA DE 80 ANOS)</b> – em conformidade com as especificações de item 5.2.1.7. deste Termo de Referência.	unidade	5.000 Unidades	

- 1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por mais de um item, conforme definido no Termo de Referência (Anexo IV), devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.
- 1.3. No prazo de vigência da contratação de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato – Anexo III de Edital, serão emitidas pela CDHU, consoante item(s) e quantitativo(s) definidos, as correspondentes Ordens de Serviço - OS, conforme periodicidades e necessidades internas.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

- 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.3. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei n. 14.133/2021 e na Lei Complementar n. 123/2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei n. 11.488/2007 e no art. 16 da Lei n. 14.133/2021.
- 2.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:
  - 2.5.1. A participação neste certame é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos artigos 42 a 45 da Lei Complementar federal n. 123/2006, observado o disposto no § 2º do artigo 4º da Lei federal n. 14.133/21.
    - 2.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere o subitem anterior fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.6. E, além do disposto nos artigos 65 a 67 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da CDHU, não poderão disputar esta licitação:

- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observando o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei federal n. 14.133/21;
- c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observando o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei federal n. 14.133/21;
- d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei federal n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h) agente público do órgão ou entidade licitante;
- i) aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- j) aquele que, nos termos da alínea “b”, de inciso I, de artigo 13 c.c. artigo 11 da Lei Complementar n. 225/2026, for considerado devedor contumaz.

- 2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei federal n. 14.133/2021.
- 2.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 2.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata a alínea “d” do subitem 2.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. No que concerne às alíneas “b” e “c” do subitem 2.6., equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10. Não poderão disputar essa licitação, pessoas físicas, microempreendedor individual e pessoas jurídicas reunidas em consórcio.
- 2.11. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei n. 14.133/2021.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas

infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488/2007, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021, excetuada a hipótese especificada no subitem 3.4.1. e subsequentes.

3.4.1. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021.

3.4.2. Na hipótese de se verificar a exceção especificada no subitem 3.4.1 acima ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123/2006.

3.4.3. Como a participação neste certame não é exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

- 3.4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/21.
- 3.5. A falsidade da declaração de que trata os subitens 3.3. ou 3.4. acima sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021, e neste Edital.
- 3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 4.1. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. Valor total do grupo, nos termos da Proposta Comercial – Anexo I deste Edital.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer

outro pretexto.

- 4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
- 4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, para participarem de licitações públicas.
- 4.9. O descumprimento, por parte dos contratados, das regras supramencionadas, pode ensejar a responsabilização dos interessados pela Administração, nos termos deste Edital e da legislação vigente.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo para a execução do objeto licitado, nos termos de Proposta Comercial – Anexo I deste Edital.

- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 300,00 (trezentos reais).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “aberto”, conforme definido no início deste Edital.
- 5.11. Como adotado o modo de disputa “aberto”, para o envio de lances, no pregão eletrônico, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
  - 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
  - 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
  - 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
  - 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
  - 5.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema

ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar federal n. 123/2006.
  - 5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
  - 5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem 5.18. acima, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
  - 5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo

direito, no prazo estabelecido no subitem 5.18.2. anterior.

- 5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
  - 5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei federal n. 14.133/2021, nesta ordem:
    - 5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
    - 5.19.1.2. avaliação de desempenho contratual prévio dos licitantes, para o qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei n. 14.133/2021, conforme regulamento;
    - 5.19.1.3. desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
    - 5.19.1.4. desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle, cuja comprovação e avaliação seguirão os termos de artigo 14 do Decreto estadual n. 69.861/25 e Resolução CGE n. 04, de 27/2/2026 da Controladoria Geral do Estado.
  - 5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei federal n. 14.133/2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos e prestados por:
    - 5.19.2.1. empresas estabelecidas no Estado de São Paulo;
    - 5.19.2.2. empresas brasileiras;
    - 5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

- 5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei federal n. 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do artigo 60 da Lei federal n. 14.133/21, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença de todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 5.19.4. Será observado o disposto no §2º do artigo 60 da Lei n. 14.133/21 e no inciso III do artigo 41 c.c. o inciso I do artigo 58 da Lei Complementar n. 225/2026, quando for o caso.
- 5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.20.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 5.20.2. A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.20.4. O Pregoeiro solicitará à licitante mais bem classificada que envie, no prazo de 2 (duas) horas, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.
- 5.20.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.
- 5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às **condições de participação no certame**, conforme previsto no art. 14 da Lei federal n. 14.133/2021, na legislação correlata e no subitem 2.6. deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF.

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>).

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4. Relação de Apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>).

6.1.6. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, consoante artigo 12 da Lei federal n. 8.429/1992.

6.1.7. Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN Federal, de que trata o inciso VI do artigo 2º da Lei n.º 10.522/2002 e suas alterações, no que concerne à medida prevista nas alíneas “b” e “c” do inciso I do artigo 13 da Lei Complementar n.º 225/2026, acerca do impedimento aplicável ao *devedor contumaz*.

6.1.7.1. O documento acima deverá ser emitido, por meio do site <https://cadin.pgfn.gov.br>, na mesma data de sua solicitação pelo Pregoeiro, e encaminhado pelo licitante diante da indisponibilidade, no momento, de consulta pública em sistema, sendo validado por integrante da equipe de apoio.

- 6.1.8. Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN Estadual. A existência de pendências no registro do licitante não impede a participação na licitação, mas sim a celebração do contrato ou de instrumento equivalente, e quaisquer pagamentos, nos termos da Lei estadual n. 12.799/08 e suas alterações, regulamentada pelo Decreto estadual n. 53.455/08, e da Resolução SF-44/08, da Secretaria da Fazenda.
- 6.1.8.1. Constatado o registro no CADIN Estadual e desde que não se refira à proibição constante de item 6.1.7. acima, será concedido ao licitante o prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a respectiva constatação, o qual poderá ser prorrogado, a critério da CDHU, para a devida regularização, permanecendo suspensa a contratação.
- 6.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- b) A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- c) Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada inabilitada, por falta de condição de participação.
- 6.3. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.
- 6.3.1. Caso a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 2.5. e 3.4 deste Edital.
- 6.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.
- 6.4.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

- 6.4.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o subitem 6.4. acima, o Pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 7. deste Edital.
- 6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- a) conter vícios insanáveis;
  - b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Edital ou em seus Anexos;
  - c) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;
  - d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.7. O licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar a proposta comercial por ele elaborada, nos termos do Anexo I – Proposta Comercial deste Edital, já adequada ao valor lançado em sistema, sob pena de não aceitação do preço ofertado.
- 6.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que **não** haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 6.8.1. O ajuste de que trata o subitem anterior se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 6.8.1.1. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção, exemplificadamente, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

- 6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.11. A aceitabilidade dos preços unitários e total ofertados em Proposta Comercial (Anexo I) apresentada pelo licitante será aferida com base nos valores praticados em mercado.
- 6.12. Nos termos do artigo 34 da Lei n. 13.303/16, o valor orçado pela Administração permanecerá sob sigilo durante o processamento deste certame.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 7.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação descrita no item 8.4. do Termo de Referência (Anexo IV) deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei n.º 14.133/2021.
  - 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída, sempre que for o caso, pelo registro cadastral no SICAF.
  - 7.1.2. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pelo CAUFESP, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei n.º 14.133/2021.
- 7.4. Será verificado se a licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 7.5. Será verificado se a licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- 7.6. A licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 7.8. É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 7.9. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.
- 7.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação à licitante vencedora.
- 7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência (Anexo IV) deste Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- 7.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 7.12. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.13. Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.9.1. acima.
- 7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei n. 11.488/2007, somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, nos termos do artigo 43 da Lei Complementar n.º 123/2006.
  - 7.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições do subitem anterior deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

## **8. DOS RECURSOS**

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133/2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:
- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
- 8.3.1.1. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.
- 8.3.1.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo, ou em descumprimento ao disposto no subitem 8.3.1. acima, não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [sei.sp.gov.br](http://sei.sp.gov.br), devendo, o interessado, para poder realizar o acesso, estar previamente cadastrado.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 9.1. A licitante será responsabilizada quando do cometimento das seguintes infrações:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não

entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

- 9.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
  - a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
  - d) deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital;
  - e) apresentar proposta ou amostra, quando exigida, em desacordo com as especificações deste Edital.
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 9.1.5. fraudar a licitação;
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - c) apresentar, quando exigida, amostra falsificada ou deteriorada.
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2. Com fulcro na Lei n.º 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este Edital e aplicada após o regular processo administrativo.

9.5. A multa será recolhida nos percentuais abaixo indicados e incidentes sobre o valor do contrato licitado, nos termos do parágrafo 3º do artigo 156 da Lei n.º 14.133/21, cumulado com parágrafos 1º a 5º do artigo 187 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da CDHU.

9.5.1. Para as infrações previstas nos subitens 9.1.1. a 9.1.3., a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do contrato licitado.

9.5.2. Para as infrações previstas nos subitens 9.1.4. a 9.1.8. a multa será de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

9.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa, garantindo o exercício de prévia e ampla defesa.

9.7. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa, quando não se

justificar a imposição de penalidade mais grave.

- 9.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar, após o regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 9.1.1. a 9.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta estadual, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.
- 9.10. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após o regular processo administrativo, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 9.1.4 a 9.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 9.1.1. a 9.1.3., que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021, de no mínimo 3 (três) anos a no máximo 6 (seis), no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos.
- 9.11. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos neste Edital pela Administração, descrita no subitem 9.1.3. caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades acima descritas.
- 9.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do artigo 158 da Lei n.º 14.133/2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.13. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 9.14. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.15. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

- 9.17. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
- 9.18. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CDHU à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigido na documentação que integra este Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente.
- 9.19. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- 9.20. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei n.º 14.133/2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.
- 9.21. A CDHU deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, nos termos do art. 161 da Lei n.º 14.133/2021.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [licitacao@cdhu.sp.br](mailto:licitacao@cdhu.sp.br); ou por petição dirigida ou protocolada no endereço sede da CDHU, Rua Boa Vista, 170, 1º andar, bloco 5, Centro, São Paulo/SP – CEP 01014-930 – Gerência de

### Licitações.

- 10.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.
- 10.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial, conforme especificado no subitem abaixo, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no sítio eletrônico na internet: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) e [www.cdhu.sp.gov.br/licitacoes](http://www.cdhu.sp.gov.br/licitacoes), sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.
- 10.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.
- 10.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## **11. DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO**

- 11.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.2. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.
- 11.3. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura do Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo III.

- 11.4. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 11.4.1. Se não for possível atualizar os documentos referidos no subitem anterior por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 11.4.2. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no subitem 6.1. deste Edital.
- 11.4.3. Constitui condição para a celebração da contratação, a inexistência de registro em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN Federal”, de que trata o inciso VI do artigo 2º da Lei n.º 10.522/2002 e suas alterações, no que concerne ao impedimento aplicado ao *devedor contumaz* em conformidade com a alínea “c” do inciso I do artigo 13 da Lei Complementar n.º 225/2026, *salvo* quando houver efeito suspensivo em processo administrativo ou judicial, sem prejuízo do registro ou da baixa dessa caracterização no Cadastro de que trata a Lei n.º 10.522/2002 e suas alterações.
- 11.4.4. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN Estadual”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual n. 12.799/2008.
- 11.5. Constitui, igualmente, condição para a celebração da contratação:
- a) a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário perante a CDHU.
  - b) declaração de Atualização Cadastral do(s) Representante(s) Legal(ais) da adjudicatária designado(s) como signatário(s) do contrato a ser firmado com a CDHU, emitida pelo Sistema de Cadastro do Tribunal de Contas do

Estado de São Paulo – CadTCESP, por meio do endereço:  
<https://www.tce.sp.gov.br/cadtcesp/#!/>.

- 11.6. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021.
- 11.6.2. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.
- 11.6.3. O prazo para assinatura previsto no subitem 11.6. poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.
- 11.6.4. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.
- 11.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.8. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei n.º 14.133/2021.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.4. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o

interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

- 12.5. Em caso de eventual divergência entre as especificações constantes deste Edital e anexos com o código de cadastramento do certame junto ao ambiente [compras.gov.br](http://compras.gov.br), prevalecerão as disposições deste Edital.
- 12.6. Os casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro.
- 12.7. Os licitantes assumem todos os custos preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Administração.
- 12.9. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
  - 12.9.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica **já** existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
  - 12.9.2. O desatendimento de exigências meramente formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.10. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861/2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.
- 12.11. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos de instrução normativa vigente.
- 12.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico da CDHU, [www.cdhu.sp.gov.br/licitacoes](http://www.cdhu.sp.gov.br/licitacoes).
- 12.13. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da presente licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 12.14. Integram o presente Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- Anexo I Proposta Comercial
- Anexo II Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação
- Anexo III Minuta de Contrato
- Anexo IV Termo de Referência
- Anexo V Estudo Técnico Preliminar

São Paulo, 29 de maio de 2026.

**TICIANE COSTA D'ALOIA**  
Diretora de Atendimento Habitacional

**REINALDO IAPEQUINO**  
Diretor Presidente

**ANEXO I****PROPOSTA COMERCIAL**

(a ser preenchida em papel timbrado do Licitante)

**À****COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CDHU**

Rua Boa Vista nº 170 - Centro - São Paulo – SP

**OBJETO:** Contratação de serviços gráficos para confecção de cartões-senha, em etiquetas adesivas personalizadas, para o processo de seleção de famílias ao atendimento habitacional pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU nos Programas Habitacionais do Estado

PROCESSO SEI N.º 387.00001957/2026-04 - Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_ / 2026

Prezados Senhores,

Após analisarmos, minuciosamente, toda a documentação constante da Licitação supra referida e de seus anexos, propomos executar, pelo período de 12 (doze) meses, sob nossa integral responsabilidade, o objeto desta licitação, em consonância com as especificações constantes do Termo de Referência, pelo valor total de R\$ (\_\_\_\_), vigente na data de apresentação desta proposta, na forma e condições seguintes:

Grupo	Item	Descrição dos Serviços/Produtos Gráficos	Quantidade Total	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
I	1	<b>CARTÃO-SENHA COR AZUL</b> O cartão-senha deve ser produzido em etiqueta adesiva personalizada, papel adesivo Vinil (frente), liner papel base couché siliconado, com gramatura típica de 130G, acabamento brilhante, impressão 4 x 0, nas dimensões 100 mm x 110 mm, com serrilha na horizontal e meio corte na vertical, com espessura mínima de 80 micra, alta resistência à água e intempéries (sol/chuva/umidade), com inclusão de logomarca e texto, em folhas, conforme arte final anexa (Apêndice 1). Os cartões-senha devem ser fabricados em conformidade com as normas regulamentadoras e demais especificações e condições de entrega definidas no Termo de	450.000 unidades		

		Referência – Anexo IV.			
	2	<b>CARTÃO-SENHA COR VERDE</b> O cartão-senha deve ser produzido em etiqueta adesiva personalizada, papel adesivo Vinil (frente), liner papel base couché siliconado, com gramatura típica de 130G, acabamento brilhante, impressão 4 x 0, nas dimensões 100 mm x 110 mm, com serrilha na horizontal e meio corte na vertical, com espessura mínima de 80 micra, alta resistência à água e intempéries (sol/chuva/umidade), com inclusão de logomarca e texto, em folhas, conforme arte final anexa (Apêndice 1). Os cartões-senha devem ser fabricados em conformidade com as normas regulamentadoras e demais especificações e condições de entrega definidas no Termo de Referência – Anexo IV.	50.000 unidades		
	3	<b>CARTÃO-SENHA COR VERMELHA</b> O cartão-senha deve ser produzido em etiqueta adesiva personalizada, papel adesivo Vinil (frente), liner papel base couché siliconado, com gramatura típica de 130G, acabamento brilhante, impressão 4 x 0, nas dimensões 100 mm x 110 mm, com serrilha na horizontal e meio corte na vertical, com espessura mínima de 80 micra, alta resistência à água e intempéries (sol/chuva/umidade), com inclusão de logomarca e texto, em folhas, conforme arte final anexa (Apêndice 1). Os cartões-senha devem ser fabricados em conformidade com as normas regulamentadoras e demais especificações e condições de entrega definidas no Termo de Referência – Anexo IV.	10.000 unidades		

	4	<p><b>CARTÃO-SENHA COR LARANJA</b></p> <p>O cartão-senha deve ser produzido em etiqueta adesiva personalizada, papel adesivo Vinil (frente), liner papel base couché siliconado, com gramatura típica de 130G, acabamento brilhante, impressão 4 x 0, nas dimensões 100 mm x 110 mm, com serrilha na horizontal e meio corte na vertical, com espessura mínima de 80 micra, alta resistência à água e intempéries (sol/chuva/umidade), com inclusão de logomarca e texto, em folhas, conforme arte final anexa (Apêndice 1). Os cartões-senha devem ser fabricados em conformidade com as normas regulamentadoras e demais especificações e condições de entrega definidas no Termo de Referência – Anexo IV.</p>	45.000 unidades		
	5	<p><b>CARTÃO-SENHA COR BRANCA (IDOSOS)</b></p> <p>O cartão-senha deve ser produzido em etiqueta adesiva personalizada, papel adesivo Vinil (frente), liner papel base couché siliconado, com gramatura típica de 130G, acabamento brilhante, impressão 4 x 0, nas dimensões 100 mm x 110 mm, com serrilha na horizontal e meio corte na vertical, com espessura mínima de 80 micra, alta resistência à água e intempéries (sol/chuva/umidade), com inclusão de logomarca e texto, em folhas, conforme arte final anexa (Apêndice 1). Os cartões-senha devem ser fabricados em conformidade com as normas regulamentadoras e demais especificações e condições de entrega definidas no Termo de Referência – Anexo IV.</p>	50.000 unidades		

	6	<b>CARTÃO-SENHA COR AMARELA</b> O cartão-senha deve ser produzido em etiqueta adesiva personalizada, papel adesivo Vinil (frente), liner papel base couché siliconado, com gramatura típica de 130G, acabamento brilhante, impressão 4 x 0, nas dimensões 100 mm x 110 mm, com serrilha na horizontal e meio corte na vertical, com espessura mínima de 80 micra, alta resistência à água e intempéries (sol/chuva/umidade), com inclusão de logomarca e texto, em folhas, conforme arte final anexa (Apêndice 1). Os cartões-senha devem ser fabricados em conformidade com as normas regulamentadoras e demais especificações e condições de entrega definidas no Termo de Referência – Anexo IV.	40.000 unidades		
	7	<b>CARTÃO-SENHA - COR CINZA (IDOSOS ACIMA DE 80 ANOS)</b> O cartão-senha deve ser produzido em etiqueta adesiva personalizada, papel adesivo Vinil (frente), liner papel base couché siliconado, com gramatura típica de 130G, acabamento brilhante, impressão 4 x 0, nas dimensões 100 mm x 110 mm, com serrilha na horizontal e meio corte na vertical, com espessura mínima de 80 micra, alta resistência à água e intempéries (sol/chuva/umidade), com inclusão de logomarca e texto, em folhas, conforme arte final anexa (Apêndice 1). Os cartões-senha devem ser fabricados em conformidade com as normas regulamentadoras e demais especificações e condições de entrega definidas no Termo de Referência – Anexo IV.	5.000 unidades		
	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>				

**Observações:**

- [\*] Verificar descrição completa das especificações, compatibilidade, Normas Técnicas e Legislação pertinente, conforme subitem 5.2 do Termo de Referência.
- [\*\*] O preço unitário ofertado deverá contemplar no máximo duas casas de centavo.

- 1) Nos valores acima incluem-se, além do lucro, todas e quaisquer despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste objeto, tais como: materiais e seus insumos; equipamentos; mão de obra; tributos (impostos, taxas e contribuições), PIS, COFINS, CSLL e ônus incidentes; lucro; seguro; despesas de administração; custos com transporte, frete, embalagens; eventuais perdas, custos ou despesas para sua perfeita consecução.
- 2) O prazo para entrega do produto será de \_\_\_\_\_ (máximo 10 (dez)) dias corridos, contados do recebimento da correspondente Ordem de Serviço – OS emitida pela CDHU nos termos de Contrato.
- 3) Estamos cientes, em conformidade com o estabelecido no Edital, que não poderemos pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o objeto a ser fornecido, arcando com os ônus de eventual equívoco em seu dimensionamento.
- 4) Declaramos estar cientes dos termos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), bem como do Código de Conduta e Integridade da CDHU, disponibilizados em seu site, comprometendo-nos a respeitá-los e cumpri-los.
- 5) A execução em questão encontra-se sujeita às regras dispostas no Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/1990).

A presente proposta é válida pelo prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.

(Local), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

## ANEXO II

### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(a ser preenchida em papel timbrado do Licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF n. \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), na qualidade de participante do Pregão Eletrônico n. \_\_\_\_\_/2026, Processo SEI CDHU n. 387.00001927/2026-90, DECLARO, para fim de atendimento dos requisitos de habilitação constantes do subitem 8.4. do Termo de Referência (Anexo IV) do Edital, que:

a) Cumprimos as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único de artigo 117 da Constituição Estadual.

(Local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome/Assinatura do representante legal

ANEXO III  
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N. \_\_\_\_\_ / 2026

PROCESSO SEI N. 38700001957/2026-04

PREGÃO ELETRÔNICO N. 007/2026

CONTRATO, FIRMADO ENTRE A CDHU E A  
EMPRESA

\_\_\_\_\_, P  
ARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS  
GRÁFICOS PARA CONFEÇÃO DE CARTÕES-  
SENHA, EM ETIQUETAS ADESIVAS  
PERSONALIZADAS, PARA O PROCESSO DE  
SELEÇÃO DE FAMÍLIAS AO ATENDIMENTO  
HABITACIONAL PELA COMPANHIA DE  
DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E  
URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CDHU  
NOS PROGRAMAS HABITACIONAIS DO  
ESTADO.

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU, com sede nesta Capital, na Rua Boa Vista n.º 170 - Centro, inscrita no CNPJ/MF sob n. 47.865.597/0001-09 e com Inscrição Estadual n. 109.588.330.110, neste ato representada por seu Diretor Presidente, **REINALDO IAPEQUINO**, e por sua Diretora de Atendimento Habitacional, **TICIANE COSTA D'ALOIA**, aqui designada simplesmente **CDHU**, e de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob n. \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(s) abaixo assinado(s), aqui designada simplesmente **CONTRATADA**, firmam o presente Contrato, tendo em vista o que consta do Processo SEI n. 38700001957/2026-04, conforme homologação do Ilmo. Sr. Presidente, que será regido pela Lei n. 13.303/16, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), pelo Código de Conduta e Integridade da **CDHU**, pela Lei n. 14.133/21, no que que for aplicável, e em observância às demais legislações vigentes à matéria, na forma e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para confecção de cartões senhas em etiquetas adesivas personalizadas, para o processo de seleção de famílias ao atendimento habitacional nos Programas Habitacionais do Estado, nos termos da Lei estadual n. 13.094 de 24/06/2008 que alterou a Lei estadual n. 10.310 de 12/05/1999, que dispõe sobre o sorteio entre os interessados previamente inscritos, em conformidade com as especificações técnicas constantes de Termo de Referência (Anexo IV) do Edital de Pregão Eletrônico n. 007/2026, deste parte indissociável, compreendendo:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE
<b>ITEM 1 – CARTÃO-SENHA COR AZUL</b> O cartão-senha deve ser produzido em etiqueta adesiva personalizada, papel adesivo Vinil (frente), liner papel base couché siliconado, com gramatura típica de 130G, acabamento brilhante, impressão 4 x 0, nas dimensões 100 mm x 110 mm, com serrilha na horizontal e meio corte na vertical, com espessura mínima de 80 micra, alta resistência à água e intempéries (sol/chuva/umidade), com inclusão de logomarca e texto, em folhas, conforme arte final anexa. Os cartões senhas devem ser fabricados em conformidade com as normas regulamentadoras e demais especificações e condições de entrega definidas no Termo de Referência – Anexo IV do Edital.	450.000 unidades
<b>ITEM 2 – CARTÃO-SENHA COR VERDE</b> O cartão-senha deve ser produzido em etiqueta adesiva personalizada, papel adesivo Vinil (frente), liner papel base couché siliconado, com gramatura típica de 130G, acabamento brilhante, impressão 4 x 0, nas dimensões 100 mm x 110 mm, com serrilha na horizontal e meio corte na vertical, com espessura mínima de 80 micra, alta resistência à água e intempéries (sol/chuva/umidade), com inclusão de logomarca e texto, em folhas, conforme arte final anexa. Os cartões senhas devem ser fabricados em conformidade com as normas regulamentadoras e demais especificações e condições de entrega definidas no Termo de Referência – Anexo IV do Edital.	50.000 unidades

<p><b>ITEM 3 – CARTÃO-SENHA COR VERMELHA</b></p> <p>O cartão-senha deve ser produzido em etiqueta adesiva personalizada, papel adesivo Vinil (frente), liner papel base couché siliconado, com gramatura típica de 130G, acabamento brilhante, impressão 4 x 0, nas dimensões 100 mm x 110 mm, com serrilha na horizontal e meio corte na vertical, com espessura mínima de 80 micra, alta resistência à água e intempéries (sol/chuva/umidade), com inclusão de logomarca e texto, em folhas, conforme arte final anexa. Os cartões senhas devem ser fabricados em conformidade com as normas regulamentadoras e demais especificações e condições de entrega definidas no Termo de Referência – Anexo IV do Edital.</p>	<p>10.000 unidades</p>
<p><b>ITEM 4 – CARTÃO-SENHA COR LARANJA</b></p> <p>O cartão-senha deve ser produzido em etiqueta adesiva personalizada, papel adesivo Vinil (frente), liner papel base couché siliconado, com gramatura típica de 130G, acabamento brilhante, impressão 4 x 0, nas dimensões 100 mm x 110 mm, com serrilha na horizontal e meio corte na vertical, com espessura mínima de 80 micra, alta resistência à água e intempéries (sol/chuva/umidade), com inclusão de logomarca e texto, em folhas, conforme arte final anexa. Os cartões senhas devem ser fabricados em conformidade com as normas regulamentadoras e demais especificações e condições de entrega definidas no Termo de Referência – Anexo IV do Edital.</p>	<p>45.000 unidades</p>
<p><b>ITEM 5 – CARTÃO-SENHA COR BRANCA (IDOSOS)</b></p> <p>O cartão-senha deve ser produzido em etiqueta adesiva personalizada, papel adesivo Vinil (frente), liner papel base couché siliconado, com gramatura típica de 130G, acabamento brilhante, impressão 4 x 0, nas dimensões 100 mm x 110 mm, com serrilha na horizontal e meio corte na vertical, com espessura mínima de 80 micra, alta resistência à água e intempéries (sol/chuva/umidade), com inclusão de logomarca e texto, em folhas, conforme arte final anexa. Os cartões senhas devem ser fabricados em conformidade com as normas regulamentadoras e demais especificações e condições de entrega definidas no Termo de Referência – Anexo IV do Edital.</p>	<p>50.000 unidades</p>
<p><b>ITEM 6 – CARTÃO-SENHA, COR AMARELA</b></p> <p>O cartão-senha deve ser produzido em etiqueta adesiva personalizada, papel adesivo Vinil (frente), liner papel base couché siliconado, com gramatura típica de 130G, acabamento brilhante, impressão 4 x 0, nas dimensões 100 mm x 110 mm, com serrilha na horizontal e meio corte na vertical, com espessura mínima de 80 micra, alta resistência à água e intempéries (sol/chuva/umidade), com inclusão de logomarca e texto, em folhas, conforme arte final anexa. Os cartões senhas devem ser fabricados em conformidade com as normas regulamentadoras e demais especificações e condições de entrega definidas no Termo de Referência – Anexo IV do Edital.</p>	<p>40.000 unidades</p>

<p><b>ITEM 7 – CARTÃO-SENHA, COR CINZA (IDOSOS ACIMA DE 80 ANOS)</b></p> <p>O cartão-senha deve ser produzido em etiqueta adesiva personalizada, papel adesivo Vinil (frente), liner papel base couché siliconado, com gramatura típica de 130G, acabamento brilhante, impressão 4 x 0, nas dimensões 100 mm x 110 mm, com serrilha na horizontal e meio corte na vertical, com espessura mínima de 80 micra, alta resistência à água e intempéries (sol/chuva/umidade), com inclusão de logomarca e texto, em folhas, conforme arte final anexa. Os cartões senhas devem ser fabricados em conformidade com as normas regulamentadoras e demais especificações e condições de entrega definidas no Termo de Referência – Anexo IV do Edital.</p>	<p>5.000 unidades</p>
---	-----------------------

- 1.1.1. Os materiais deverão ser entregues nos prazos estabelecidos, em perfeitas condições de armazenagem e uso, às expensas da **CONTRATADA**, no Almoxarifado da **CDHU**, pela entrada situada na Rua General Carneiro n.º 245, Centro – São Paulo/SP – CEP 01015-00, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, das 8h30 às 12h30 e das 14h30 às 17h00.
- 1.2. O objeto contratado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

- 2.1. O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.
- 2.2. Após a contratação será solicitada, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, uma prova dos cartões-senha personalizados para aprovação da arte, textos, cores e acabamentos, antes da primeira produção a ser solicitada, garantindo que o resultado físico corresponda às especificações técnicas descritas em Termo de Referência da CDHU.
- 2.3. No decorrer do prazo de vigência contratual, consoante demanda interna da **CDHU**, serão emitidas sucessivas Ordens de Serviço (OS), solicitando à **CONTRATADA**, nos termos da Proposta Comercial apresentada, desta parte integrante, o fornecimento do(s) item(s) necessário(s) no período, dentro do prazo de até 10 (dez) dias corridos.
  - 2.3.1. O prazo acima descrito poderá ser excepcionalmente prorrogado, por até igual período, desde que justificado previamente pela **CONTRATADA** e autorizado pela **CDHU**.
- 2.3. A inobservância dos prazos estipulados neste Contrato somente será permitida, pela **CDHU**, em decorrência de caso fortuito ou força maior

previstos no artigo 393 do Código Civil Brasileiro, mediante solicitação escrita e fundamentada por parte da **CONTRATADA**, implicando prorrogação, uma vez aceitas as justificativas pela **CDHU**, dos prazos contratuais das atividades afetadas em iguais números de dias, a ser formalizada através de Termo de Aditamento Contratual, sob pena de incorrer à **CONTRATADA** nas multas previstas neste Contrato.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O objeto do presente Contrato será executado sob regime de empreitada por preço unitário.

### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1. O valor total do presente Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), nos termos da Proposta Comercial aceita no Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_\_/2026 e assim distribuído:

Item	Descrição dos Serviços/Produtos Gráficos	Quantidade Total	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	<b>CARTÃO-SENHA COR AZUL</b>	450.000 unidades		
2	<b>CARTÃO-SENHA COR VERDE</b>	50.000 unidades		
3	<b>CARTÃO-SENHA COR VERMELHA</b>	10.000 unidades		
4	<b>CARTÃO-SENHA COR LARANJA</b>	45.000 unidades		
5	<b>CARTÃO-SENHA COR BRANCA (IDOSOS)</b>	50.000 unidades		
6	<b>CARTÃO-SENHA COR AMARELA</b>	40.000 unidades		
7	<b>CARTÃO-SENHA COR CINZA (IDOSOS ACIMA DE 80 ANOS)</b>	5.000 unidades		
<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>				

4.2. Nos valores acima estão incluídas todas e quaisquer despesas e custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento do objeto licitado, tais como: materiais

e seus insumos; equipamentos; mão de obra; tributos (impostos, taxas e contribuições), PIS, COFINS, CSLL e ônus incidentes; lucro; seguro; despesas de administração; custos com transporte, frete, embalagens; eventuais perdas, custos ou despesas para sua perfeita consecução.

4.3. Os preços acima são fixos e irredutíveis.

4.4. Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou ainda, torne-se impedida de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar n.º 123/2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a **CDHU**, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

4.5. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos disponíveis constantes da Reserva de Verba n.º C11632, conta n.º 22010207, consignada no orçamento vigente.

## **CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.1. A **CDHU** pagará à **CONTRATADA** os valores relativos aos produtos produzidos e efetivamente entregues, vedados quaisquer adiantamentos, consoante valores unitários descritos em item 3.1. de Cláusula Terceira deste instrumento, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal e após a emissão do correspondente Termo de Recebimento Definitivo (TRD) a cada Ordem de Serviço (OS) emitida no curso da vigência contratual.

5.1.1. A nota fiscal representativa do fornecimento realizado deverá ser entregue na Superintendência de Finanças da Diretoria Administrativo-Financeira da **CDHU**, até o 5º (quinto) dia útil subsequente a seu aceite pelo gestor contratual designado pela **CDHU** e após a emissão do TRD.

5.1.2. Na nota fiscal deverá constar com exatidão a razão social completa da **CDHU**, número de CNPJ e Inscrição Estadual, bem como o endereço da Sede da **CDHU** constantes de preâmbulo deste instrumento.

5.2. Constitui condição para realização dos pagamentos a inexistência de registro, em nome da **CONTRATADA**, no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento.

- 5.3. Após a emissão de cada Termo de Recebimento Definitivo (TRD), cabe ao Gestor contratual designado pela **CDHU** efetuar o ateste da nota fiscal e encaminhá-la para pagamento dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos, sem qualquer incidência de atualização monetária.
- 5.3.1. No caso de devolução das notas fiscais/faturas, por alguma inexatidão que apresentem, o prazo para pagamento será contado da reapresentação e aceitação destas pela Superintendência de Finanças e Controle da Diretoria Administrativo-Financeira da **CDHU**.
- 5.4. Os pagamentos da **CDHU** serão efetuados exclusivamente por meio de crédito aberto em conta corrente, junto ao Banco do Brasil S.A., em nome da **CONTRATADA**, sendo que o depósito da respectiva quantia pela **CDHU** configurará plena, geral e irrevogável quitação para todos os fins e efeitos de direito.
- 5.4.1. A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 5.5. É vedada a negociação das faturas ou duplicatas com terceiros, bem como o desconto ou a promoção da cobrança das faturas ou duplicatas por meio de banco, senão quando prévia e expressamente autorizado pela **CDHU**.
- 5.6. Se da infringência do disposto no subitem 5.5. acima advier protesto do título, a **CONTRATADA** deverá efetuar às suas expensas o respectivo cancelamento, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da data da emissão do correspondente instrumento cartório.
- 5.7. Havendo atraso no pagamento, em decorrência de fato não atribuído à **CONTRATADA**, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde o dia do vencimento até a data do efetivo pagamento.
- 5.8. Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das responsabilidades contratuais, quaisquer que sejam, nem implicará aprovação definitiva dos produtos fornecidos, total ou parcialmente.

## CLÁUSULA SEXTA – DOS TRIBUTOS

- 6.1. Os impostos, taxas, contribuições, encargos previdenciários e trabalhistas devidos em decorrência direta ou indireta da execução do objeto contratado

serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, que os recolherá sem direito a reembolso pela **CDHU**.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

7.1. A **CONTRATADA** fica dispensada da apresentação de garantia de execução.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

8.1. À **CONTRATADA**, além das obrigações específicas estabelecidas neste Contrato, no Termo de Referência – Anexo IV e demais Anexos do Edital, bem como daquelas estabelecidas em lei, cabe ainda:

- a) Nomear formalmente, no ato da assinatura deste Contrato, preposto que será incumbido de geri-lo, bem como de coordenar os trabalhos e responder pelo cumprimento e desempenho do objeto contratado.
- b) Manter, durante toda a vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, que dará origem ao ajuste, comunicando imediatamente qualquer fato ou circunstância superveniente que altere tais condições.
- c) Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações de Termo de Referência – Anexo IV do Edital, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.
- d) Comunicar à **CDHU**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, eventuais motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, juntamente com a devida comprovação.
- e) Os produtos confeccionados devem ser acondicionados adequadamente, permitindo o transporte, armazenamento e conservação de forma segura, sem comprometimento da qualidade e em condições de utilização, observada a vida útil do material, do tipo de impressão e das condições ambientais para sua guarda.
- f) Comparecer à **CDHU**, obrigatoriamente, sempre que solicitada, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.
- g) Atender prontamente a quaisquer exigências da **CDHU** inerentes ao

objeto desta contratação.

- h) Ressarcir os eventuais danos ou prejuízos causados à Contratada, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas, diretamente por si, seu preposto e/ou empregados, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo no fornecimento do objeto desta contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e/ou acompanhamento pela **CDHU**.
- i) Arcar com todos os ônus fiscais, previdenciários, sociais, trabalhistas e securitários, além de outros que direta ou indiretamente, sob qualquer título ou fundamento, mantenham vinculação com o fornecimento dos materiais contratados, inclusive os decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho (NR), assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações contratuais.
- j) A **CONTRATADA** obriga-se por seus funcionários e/ou prepostos, sempre que realizar as entregas, a cumprir com o disposto no Decreto municipal n.º 49.487, de 12/5/2008, e suas alterações posteriores, que regulamenta o trânsito de caminhões na Zona de Máxima Restrição de Circulação – ZMRC.
- k) Assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos produtos que confeccionar, de acordo com o estabelecido no Código de Defesa do Consumidor.
- l) Não oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos e colaboradores
- m) Comprometer-se, em atendimento à Lei federal n.º 12.846/13 e ao Decreto estadual n.º 67.301/22, a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes:
  - m.1) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.
  - m.2) Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei.

m.3) Comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

m.4) No tocante a licitações e contratos:

m.4.1) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.

m.4.2) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.

m.4.3) Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.

m.4.4) Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente.

m.4.5) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.

m.4.6) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.

m.4.7) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

m.5) Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

n) Garantir confidencialidade de todos os documentos e informações que a **CONTRATADA** tenha acesso, não podendo ser utilizados, repassados, copiados ou alterados, sem a expressa autorização da **CDHU**;

8.2. O descumprimento das obrigações previstas nas alíneas “l” e “m” desta cláusula poderá submeter a **CONTRATADA** a rescisão unilateral deste Contrato, a critério da **CDHU**, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei federal n.º 12.846/13 e o Decreto estadual n.º 69.588/2025.

- 8.3. A **CONTRATADA** sujeita-se às normas do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) e do Código de Conduta e Integridade da **CDHU**, bem como encontra-se vinculada aos termos do Edital de Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/2026 e seus Anexos e à Proposta Comercial por ela apresentada e aceita no certame.

## **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CDHU**

- 9.1. Além das obrigações resultantes da observância da legislação vigente, são obrigações da **CDHU**:
- a) Nomear formalmente, no prazo de 2 (dois) dias a contar da data de assinatura deste Contrato, o funcionário responsável pela sua gestão administrativa e operacional, ao qual caberá praticar todos os atos indispensáveis ao bom andamento do ajuste, bem como pelo acompanhamento e certificação do atendimento dos produtos solicitados, em cada uma das Ordens de Serviço (OS) emitidas, considerando as especificações e as quantidades exigidas dos produtos confeccionados e entregues pela **CONTRATADA**.
  - b) Proporcionar as facilidades necessárias, prestando todas as informações e os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.
  - c) Manifestar-se formalmente sobre todos os atos relativos à execução contratual, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização das entregas dos produtos, ao atendimento das condições estabelecidas nas especificações exigidas e à aplicação de sanções, bem como rejeitar, no todo ou em parte, dos materiais entregues em desacordo com as disposições do Termo de Referência e deste Contrato.
  - d) Conferir a fatura de acordo com o que foi entregue, os documentos enviados e proceder à conferência da Notas Fiscais, atestando no corpo das mesmas, a boa execução da contratação.
  - e) Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento por parte da Contratante.
  - f) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com as condições e preços estabelecidos neste Contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO DO OBJETO

- 10.1. Não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto desta contratação, a **CDHU**, por intermédio de seus funcionários ou prepostos formalmente designados, se reserva o direito de, sem de qualquer forma restringir a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os trabalhos, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução de seu escopo.
- 10.2. A fiscalização da execução do objeto pela **CDHU** não exclui nem diminui a completa responsabilidade da **CONTRATADA** por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas deste Contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1. A **CONTRATADA** não poderá transferir o objeto deste Contrato, no todo ou em parte, nem subcontratar o objeto ora contratado.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO

- 12.1. A cada entrega, o objeto contratado será recebido:
- a) Provisoriamente, pelo (s) fiscal (ais) técnico (s) e administrativo (s), mediante a emissão de Termo de Recebimento Provisório (TRP) assinado pelas partes no ato de entrega dos produtos solicitados acompanhados das respectivas notas fiscais.
  - b) Definitivamente, por todos os agentes gestores envolvidos na contratação, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD) assinado pelas partes, após o prazo de até 5 (cinco) dias úteis da emissão do TRP, uma vez comprovada a qualidade e a conformidade do objeto com as obrigações contratuais.
- 12.2. Após a emissão do TRP, constatadas irregularidades no objeto contratual, a **CDHU** poderá:
- a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo, no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação.
  - b) Na hipótese de substituição, a **CONTRATADA** deverá fazê-la em conformidade com a indicação da **CDHU**, no prazo de 3 (três) dias úteis,

contados de notificação por escrito, nas condições contratadas.

- c) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- d) Na hipótese de complementação, a **CONTRATADA** deverá fazê-la em conformidade com a indicação da **CDHU**, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, nas condições contratadas.

12.2.1. Caso a substituição ou complementação não ocorram nos prazos indicados nas alíneas “b” e “d” supracitadas no subitem 12.2., ou caso o novo material também seja rejeitado, estará a **CONTRATADA** incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções previstas neste Contrato.

12.3. Havendo desconformidade quanto às especificações dos produtos, verificação da presença de defeito na impressão, erro na arte final ou não conformidade com a arte final aprovada pela **CDHU**, o lote fornecido será recusado total ou parcialmente, devendo a **CONTRATADA** efetuar a troca deste produto em no máximo 3 (três) dias úteis, contado da comunicação do gestor da **CDHU**, cujos custos de re-confecção e nova entrega serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.

12.3.1. No caso de recusa parcial do lote entregue, a **CONTRATADA** será remunerada somente pelo valor correspondente ao material aceito.

12.3.2. Se o defeito não for constatado no momento da entrega, mas posteriormente quando colocado em uso ou já utilizados, parcial ou totalmente, pela **CDHU**, a **CONTRATADA** deverá ressarcir a **CDHU** dos valores pagos e proceder a nova confecção e entrega, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

12.4. O recebimento do objeto contratado e que autorizará o pagamento dar-se-á, a cada entrega, somente por meio da emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD) pelo Gestor designado pela **CDHU**, mediante verificação da sua conformidade às condições contratadas.

12.5. A responsabilidade da **CONTRATADA** pela qualidade, correção e segurança dos trabalhos subsiste na forma da Lei.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da legislação vigente, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave).

13.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 13.1. quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 13.1. acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.2.4. **Multa**:

- a) Moratória nunca inferior a 5% (cinco por cento) ou superior a 10% (dez por cento), nos casos de atraso injustificado ou da infração descrita na alínea “d” do subitem 13.1. acima, sobre o valor da parcela não executada.
- b) Compensatória, para a inexecução prevista nas alíneas “a” e “b” do subitem 13.1. acima, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
- c) Compensatória, para a inexecução total do Contrato prevista na alínea “c” do subitem 13.1. acima de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento)

do valor do Contrato.

- d) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.1. acima, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
- 13.3. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste instrumento.
- 13.3.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
  - 13.3.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela **CDHU** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.
- 13.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.5. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.6. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no artigo 159 da referida Lei.
- 13.8. A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão

patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

- 13.9. A **CDHU** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/2021.
- 13.11. A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei federal n.º 12.846/2013 e do Decreto estadual n.º 69.588/2025, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

- 14.1. O presente Contrato somente poderá ser alterado por acordo entre as partes e nas seguintes hipóteses:
- 14.1.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- 14.1.2. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos na Lei n.º 13.303/2016 e indicados no item 14.2. abaixo.
- 14.1.3. Quando necessária a modificação do regime de execução, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
- 14.1.4. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de execução do objeto.

- 14.1.5. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição da **CDHU** para a justa remuneração do objeto executado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- 14.2. A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato.
- 14.2.1. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos em Lei, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.
- 14.3. A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.
- 14.4. Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, a **CDHU** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.
- 14.5. A variação do valor contratual para fazer face à eventual atualização, compensação ou penalização financeira decorrente das condições de pagamento previstas neste instrumento, não caracteriza alteração do contrato e pode ser registrada por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento.
- 14.6. No que tange à eventual prorrogação de prazo contratual, esta somente poderá ser efetivada, entre as partes, se observados os limites legais dispostos na Lei n.º 13.303/2016 e as disposições do artigo 140 e seguintes do RILC **CDHU**.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

- 15.1. A inexecução total ou parcial do presente Contrato poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, pelos motivos elencados nos

artigos 180 a 182 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da **CDHU**.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

- 16.1. O presente Contrato regula-se pelas suas Cláusulas, pela Lei 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitações da **CDHU** (RILC **CDHU**), publicado no site [www.cdhu.sp.gov.br](http://www.cdhu.sp.gov.br), pelos preceitos de Direito Privado e do Código do Consumidor.
- 16.2. Ajustam as partes que as disposições constantes dos artigos 476 e 477 do Código Civil não se aplicam ao presente instrumento.
- 16.3. Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir a inobservância, mesmo por omissão, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas e condições deste contrato, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer modo, afetar ou prejudicar essas mesmas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.
- 16.4. O presente Contrato ou os direitos e vantagens de qualquer natureza nele previstos, dele derivados ou a ele vinculados, não poderão, sob nenhum fundamento ou pretexto, ser negociados, dados em garantia ou caucionados, sem prévia e expressa autorização escrita da **CDHU**.
- 16.5. Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritos, o Edital e Anexos do Pregão Eletrônico n.º 007/2026, a Proposta Comercial apresentada pela **CONTRATADA**, a ata de Sessão Pública do certame, bem como o Termo de Ciência e de Notificação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

- 17.1. Incumbirá à **CDHU** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei 14.133/21.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

- 18.1. As partes declaram o foro da sede da **CDHU** como único competente, não obstante as regras vigentes no Direito Privado, para dirimir quaisquer

questões decorrentes do presente contrato, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 136 do RILC **CDHU**.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes, na presença de testemunhas instrumentárias, o presente Termo por meio de assinatura eletrônica e/ou digital, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI, do Governo do Estado de São Paulo.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Pela **CDHU**:

**TICIANE COSTA D'ALOIA**  
Diretora de Atendimento Habitacional

**REINALDO IAPEQUINO**  
Diretor Presidente

Pela **CONTRATADA**:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
RG:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
RG:

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
NOME:  
RG:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
RG:

## ANEXO IV

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de serviços gráficos para confecção de cartões-senha, em etiquetas adesivas personalizadas, para o processo de seleção de famílias ao atendimento habitacional pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU nos Programas Habitacionais do Estado, nos termos da Lei estadual n.º 13.094/2008 que alterou a Lei estadual n.º 10.310/1999, que dispõe sobre o sorteio entre os interessados previamente inscritos, conforme especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência, compreendendo:

GRUPO	ITEM	SERVIÇOS GRÁFICOS – PRODUTOS	UNIDADE DE MEDIDA	[*] QUANT. TOTAL	[**] CATSER
I	1	<b>CARTÃO-SENHA COR AZUL</b> - em conformidade com as especificações de item 5.2.1.1. deste Termo de Referência.	unidade	450.000 Unidades	18961
	2	<b>CARTÃO-SENHA COR VERDE</b> - em conformidade com as especificações de item 5.2.1.2. deste Termo de Referência.	unidade	50.000 Unidades	
	3	<b>CARTÃO-SENHA COR VERMELHA</b> - em conformidade com as especificações de item 5.2.1.3. deste Termo de Referência.	unidade	10.000 Unidades	
	4	<b>CARTÃO-SENHA COR LARANJA</b> - em conformidade com as especificações de item 5.2.1.4. deste Termo de Referência.	unidade	45.000 Unidades	
	5	<b>CARTÃO-SENHA COR BRANCA (IDOSOS)</b> - em conformidade com as especificações de item 5.2.1.5. deste Termo de Referência.	unidade	50.000 Unidades	
	6	<b>CARTÃO-SENHA COR AMARELA</b> - em conformidade com as especificações de item 5.2.1.6. deste Termo de Referência.	unidade	40.000 Unidades	

	7	<b>CARTÃO-SENHA COR CINZA (IDOSOS ACIMA DE 80 ANOS)</b> - em conformidade com as especificações de item 5.2.1.7. deste Termo de Referência.	unidade	5.000 Unidades	
--	---	---	---------	----------------	--

Observações: [\*] QUANT.: estimativa total para a vigência da contratação.

[\*\*] Os serviços gráficos foram cadastrados no Grupo 891 – Serviços de Reprodução, Publicação e Impressão, no código de serviço n. 18961 – “confecção/instalação etiqueta personalizada adesivo” do Catálogo de Serviços – CATSER integrante do sistema compras.gov.br.

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do Sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (ETP) - Anexo V do Edital.
- 1.2.1. Os serviços não são caracterizados como contínuos, não havendo predominância, nem dedicação exclusiva de mão de obra.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, nos termos do Decreto estadual n.º 67.985/2023.
- 1.4. No prazo de vigência da contratação de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato – Anexo III de Edital, serão emitidas pela CDHU, consoante item (s) e quantitativo (s) definidos, as correspondentes Ordens de Serviço - OS, conforme periodicidades e necessidades internas.
- 1.5. A minuta de Contrato – Anexo III do Edital de Pregão Eletrônico oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à futura contratação.
- 1.6. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A fundamentação desta contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP) - Anexo V do Edital.

## 3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O

## **CICLO DE VIDA DO OBJETO**

- 3.1. A descrição da solução desta contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP) - Anexo V do Edital.

## **4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1. Da Sustentabilidade**

- 4.1.1. Em função das disposições do Decreto estadual n.º 53.336/2008, que trata do “Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis” no Estado de São Paulo, os produtos a serem confeccionados e fornecidos deste objeto deverão atender critérios sócio ambientais, fabricados com tecnologias menos agressivas ao meio ambiente, atóxicos, e que minimizem a geração de resíduos, dentre outros.

- 4.1.2. As embalagens deverão ser recicláveis minimizando o impacto causado no meio ambiente.

### **4.2. Das Normas Técnicas**

- 4.2.1. Os cartões-senha, a serem confeccionados em etiquetas adesivas personalizadas, deverão estar em conformidade às Normas Técnicas da ABNT, resoluções nacionais vigentes, e demais regulamentos, de modo a assegurar que tenham as propriedades desejáveis ao trabalho a ser desenvolvido quanto a: durabilidade, aderência, resistência a altas temperaturas, impressão, resistência a umidade, atóxicas, e outras a fim de preservar a saúde e integridade física dos usuários, passíveis de serem testadas por métodos de ensaio normatizados para averiguação.

### **4.3. Da Garantia da Contratação**

- 4.3.1. Não será exigida a prestação de garantia da contratação.

## **5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5.1. DOS PRAZOS E DO LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS**

- 5.1.1. Após a contratação será solicitada, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, uma prova dos cartões-senha personalizados para aprovação da arte, textos, cores e acabamentos, antes da primeira produção a ser solicitada, garantindo que o resultado físico corresponda às especificações técnicas descritas em Termo de Referência da CDHU.
- 5.1.2. Os produtos serão confeccionados durante a vigência do contrato de acordo com as necessidades da CDHU, com prazo de entrega não superior a 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento das correspondentes Ordens

de Serviço - OS, emitidas pela CDHU.

- 5.1.2.1. A Contratada deverá informar, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de cumprir o prazo estabelecido; o qual poderá ser prorrogado desde que fundamentado pela Contratada, a partir de dados devidamente comprovados, sob pena de a Contratada incorrer nas penalidades contratuais previstas.
- 5.1.2.2. As Ordens de Serviço – OS deverão conter a identificação expressa da Contratada, o número da OS e de Contrato, a descrição dos produtos, quantidades, prazo e horários de entrega.
- 5.1.3. Os produtos serão solicitados formalmente pela CDHU por correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento, motivo pelo qual a Contratada deverá, na indicação do preposto, disponibilizar as informações necessárias para a perfeita execução dos serviços.
- 5.1.4. Os produtos deverão ser entregues no prazo estabelecido no item 5.1.2. acima, em perfeitas condições de armazenagem e uso, às expensas da Contratada, no Almoxarifado da CDHU, pela entrada situada na Rua General Carneiro n.º 245, Centro – São Paulo/SP – CEP 01015-00, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, das 9h às 12h e das 14h às 17h.
- 5.1.5. A Contratada obriga-se por seus funcionários e/ou prepostos, sempre que realizar as entregas, a cumprir com o disposto no Decreto municipal n.º 49.487, de 12/05/2008, e suas alterações posteriores, que regulamenta o trânsito de caminhões na Zona de Máxima Restrição de Circulação – ZMRC.
- 5.1.6. Deverão ser observadas as especificações dos produtos constantes deste Termo de Referência, nos quais encontram-se descritas, detalhadamente, todas as características do produto licitado a ser fornecido em conformidade com a prova da arte final aprovada pela CDHU.
- 5.1.7. Os produtos confeccionados devem ser acondicionados adequadamente, permitindo o transporte, armazenamento e conservação de forma segura, sem comprometimento da qualidade e em condições de utilização, observada a vida útil do material, do tipo de impressão e das condições ambientais para sua guarda.
- 5.1.8. Havendo desconformidade quanto às especificações dos produtos, verificação da presença de defeito na impressão, erro na arte final ou não conformidade com a arte final aprovada pela CDHU, o lote fornecido será recusado total ou parcialmente, devendo a Contratada efetuar a troca deste produto em no máximo 3 (três) dias úteis, contado da comunicação do gestor da CDHU, cujos custos de re-confecção e nova entrega serão de exclusiva

responsabilidade da Contratada.

- 5.1.8.1. No caso de recusa parcial do lote entregue, a Contratada será remunerada somente pelo valor correspondente ao material aceito.
- 5.1.8.2. Se o defeito não for constatado no momento da entrega, mas posteriormente quando colocado em uso ou já utilizados, parcial ou totalmente, pela CDHU, a Contratada deverá ressarcir a CDHU dos valores pagos e proceder a nova confecção e entrega, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

## **5.2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DOS PRODUTOS GRÁFICOS**

- 5.2.1. Os produtos gráficos, a serem confeccionados e fornecidos pela Contratada à CDHU, deverão possuir, minimamente, as especificações subscritas:

### **5.2.1.1 Item 1 – CARTÃO-SENHA COR AZUL**

- a) **ESPECIFICAÇÕES:** O cartão-senha deve ser produzido em etiqueta adesiva personalizada, papel adesivo Vinil (frente), liner papel base couché siliconado, com gramatura típica de 130G, acabamento brilhante, impressão 4 x 0, nas dimensões 100 mm x 110 mm, com serrilha na horizontal e meio corte na vertical, com espessura mínima de 80 micra, alta resistência à água e intempéries (sol/chuva/umidade), com inclusão de logomarca e texto, em folhas, conforme arte final anexa – Apêndice 1. Os cartões-senha devem ser fabricados em conformidade com as normas regulamentadoras e demais especificações e condições de entrega definidas neste Termo de Referência.
- b) **ENTREGA:** os cartões-senha, cor azul, devem ser acondicionados em caixas, contendo 250 (duzentos e cinquenta) unidades de cartões-senha cada caixa, produzido em etiqueta adesiva com a identificação na parte externa da caixa o conteúdo e adesivagem de uma etiqueta a qual corresponde.
- c) **QUANTIDADE:** 1.800 (um mil e oitocentas) caixas, contendo 250 (duzentos e cinquenta) unidades de cartões-senha, na cor azul, produzido em etiqueta adesiva, em cada caixa, totalizando 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) unidades.

### **5.2.1.2. Item 1 – CARTÃO-SENHA COR VERDE**

- a) **ESPECIFICAÇÕES:** O cartão-senha deve ser produzido em etiqueta adesiva personalizada, papel adesivo Vinil (frente), liner papel base couché siliconado, com gramatura típica de 130G, acabamento brilhante, impressão 4 x 0, nas dimensões 100 mm x 110 mm, com serrilha na horizontal e meio corte na vertical, com espessura mínima de 80 micra, alta resistência à água e intempéries (sol/chuva/umidade), com inclusão de logomarca e texto, em folhas, conforme arte final anexa – Apêndice 1. Os cartões-senha devem ser

fabricados em conformidade com as normas regulamentadoras e demais especificações e condições de entrega definidas neste Termo de Referência.

- b) **ENTREGA:** os cartões-senha, cor verde, devem ser acondicionados em caixas, contendo 250 (duzentos e cinquenta) unidades de cartões-senha cada caixa, produzido em etiqueta adesiva com a identificação na parte externa da caixa o conteúdo e adesivagem de uma etiqueta a qual corresponde.
- c) **QUANTIDADE:** 200 (duzentas) caixas, contendo 250 (duzentos e cinquenta) unidades de cartões-senha, na cor verde, produzido em etiqueta adesiva, em cada caixa, totalizando 50.000 (cinquenta mil) unidades.

#### **5.2.1.3. Item 1 – CARTÃO-SENHA COR VERMELHA**

- a) **ESPECIFICAÇÕES:** O cartão-senha deve ser produzido em etiqueta adesiva personalizada, papel adesivo Vinil (frente), liner papel base couché siliconado, com gramatura típica de 130G, acabamento brilhante, impressão 4 x 0, nas dimensões 100 mm x 110 mm, com serrilha na horizontal e meio corte na vertical, com espessura mínima de 80 micra, alta resistência à água e intempéries (sol/chuva/umidade), com inclusão de logomarca e texto, em folhas, conforme arte final anexa – Apêndice 1. Os cartões-senha devem ser fabricados em conformidade com as normas regulamentadoras e demais especificações e condições de entrega definidas neste Termo de Referência.
- b) **ENTREGA:** os cartões-senha, cor vermelha, devem ser acondicionados em caixas, contendo 250 (duzentos e cinquenta) unidades de cartões-senha cada caixa, produzido em etiqueta adesiva com a identificação na parte externa da caixa o conteúdo e adesivagem de uma etiqueta a qual corresponde.
- c) **QUANTIDADE:** 40 (quarenta) caixas, contendo 250 (duzentos e cinquenta) unidades de cartões-senha, na cor vermelha, produzido em etiqueta adesiva, em cada caixa, totalizando 10.000 (dez mil) unidades.

#### **5.2.1.4. Item 1 – CARTÃO-SENHA COR LARANJA**

- a) **ESPECIFICAÇÕES:** O cartão-senha deve ser produzido em etiqueta adesiva personalizada, papel adesivo Vinil (frente), liner papel base couché siliconado, com gramatura típica de 130G, acabamento brilhante, impressão 4 x 0, nas dimensões 100 mm x 110 mm, com serrilha na horizontal e meio corte na vertical, com espessura mínima de 80 micra, alta resistência à água e intempéries (sol/chuva/umidade), com inclusão de logomarca e texto, em folhas, conforme arte final anexa – Apêndice 1. Os cartões-senha devem ser fabricados em conformidade com as normas regulamentadoras e demais especificações e condições de entrega definidas neste Termo de Referência.
- b) **ENTREGA:** os cartões-senha, cor laranja, devem ser acondicionados em caixas, contendo 250 (duzentos e cinquenta) unidades de cartões-senha cada

caixa, produzido em etiqueta adesiva com a identificação na parte externa da caixa o conteúdo e adesivagem de uma etiqueta a qual corresponde.

- c) **QUANTIDADE:** 180 (cento e oitenta) caixas, contendo 250 (duzentos e cinquenta) unidades de cartões-senha, na cor laranja, produzido em etiqueta adesiva, em cada caixa, totalizando 45.000 (quarenta e cinco mil) unidades.

#### **5.2.1.5. Item 1 – CARTÃO-SENHA COR BRANCA (IDOSOS)**

- a) **ESPECIFICAÇÕES:** O cartão-senha deve ser produzido em etiqueta adesiva personalizada, papel adesivo Vinil (frente), liner papel base couché siliconado, com gramatura típica de 130G, acabamento brilhante, impressão 4 x 0, nas dimensões 100 mm x 110 mm, com serrilha na horizontal e meio corte na vertical, com espessura mínima de 80 micra, alta resistência à água e intempéries (sol/chuva/umidade), com inclusão de logomarca e texto, em folhas, conforme arte final anexa – Apêndice 1. Os cartões-senha devem ser fabricados em conformidade com as normas regulamentadoras e demais especificações e condições de entrega definidas neste Termo de Referência.
- b) **ENTREGA:** os cartões-senha, cor branca, devem ser acondicionados em caixas, contendo 250 (duzentos e cinquenta) unidades de cartões-senha cada caixa, produzido em etiqueta adesiva com a identificação na parte externa da caixa o conteúdo e adesivagem de uma etiqueta a qual corresponde.
- c) **QUANTIDADE:** 200 (duzentas) caixas, contendo 250 (duzentos e cinquenta) unidades de cartões-senha, na cor branca, produzido em etiqueta adesiva, em cada caixa, totalizando 50.000 (cinquenta mil) unidades.

#### **5.2.1.6. Item 1 – CARTÃO-SENHA COR AMARELA**

- a) **ESPECIFICAÇÕES:** O cartão-senha deve ser produzido em etiqueta adesiva personalizada, papel adesivo Vinil (frente), liner papel base couché siliconado, com gramatura típica de 130G, acabamento brilhante, impressão 4 x 0, nas dimensões 100 mm x 110 mm, com serrilha na horizontal e meio corte na vertical, com espessura mínima de 80 micra, alta resistência à água e intempéries (sol/chuva/umidade), com inclusão de logomarca e texto, em folhas, conforme arte final anexa – Apêndice 1. Os cartões-senha devem ser fabricados em conformidade com as normas regulamentadoras e demais especificações e condições de entrega definidas neste Termo de Referência.
- b) **ENTREGA:** os cartões-senha, cor amarela, devem ser acondicionados em caixas, contendo 250 (duzentos e cinquenta) unidades de cartões-senha cada caixa, produzido em etiqueta adesiva com a identificação na parte externa da caixa o conteúdo e adesivagem de uma etiqueta a qual corresponde.
- c) **QUANTIDADE:** 160 (cento e sessenta) caixas, contendo 250 (duzentos e cinquenta) unidades de cartões-senha, na cor amarela, produzido em etiqueta

adevisa, em cada caixa, totalizando 40.000 (quarenta mil) unidades.

#### **5.2.1.7. Item 1 – CARTÃO-SENHA COR CINZA (IDOSOS ACIMA DE 80 ANOS)**

- a) **ESPECIFICAÇÕES:** O cartão-senha deve ser produzido em etiqueta adesiva personalizada, papel adesivo Vinil (frente), liner papel base couché siliconado, com gramatura típica de 130G, acabamento brilhante, impressão 4 x 0, nas dimensões 100 mm x 110 mm, com serrilha na horizontal e meio corte na vertical, com espessura mínima de 80 micra, alta resistência à água e intempéries (sol/chuva/umidade), com inclusão de logomarca e texto, em folhas, conforme arte final anexa – Apêndice 1. Os cartões-senha devem ser fabricados em conformidade com as normas regulamentadoras e demais especificações e condições de entrega definidas neste Termo de Referência.
- b) **ENTREGA:** os cartões-senha, cor cinza, devem ser acondicionados em caixas, contendo 250 (duzentos e cinquenta) unidades de cartões-senha cada caixa, produzido em etiqueta adevisa com a identificação na parte externa da caixa o conteúdo e adesivagem de uma etiqueta a qual corresponde.
- c) **QUANTIDADE:** 20 (vinte) caixas, contendo 250 (duzentos e cinquenta) unidades de cartões-senha, na cor cinza, produzido em etiqueta adevisa, em cada caixa, totalizando 5.000 (cinco mil) unidades.

5.2.2. Caberá ao Gestor contratual indicado pela CDHU proceder à gestão dos quantitativos contratados.

### **5.3. DA GARANTIA DOS PRODUTOS**

- 5.3.1. Os produtos gráficos deverão ter prazo de garantia de acordo com o estabelecido no Código do Consumidor (Lei n. 8.078/1990).
- 5.3.2. A Contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos produtos porventura entregues com defeito, danificados ou não compatíveis com as especificações deste Termo de Referência.

## **6. DA GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei federal n.º 13.303/2016 e disposições do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da CDHU, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre a CDHU e a Contratada devem ser realizadas por

escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

- 6.4. A CDHU poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

#### **6.5. Da Fiscalização**

- 6.5.1. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (ais) do Contrato, ou pelo (s) respectivo (s) substituto (s), conforme artigos 174 e 175 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da CDHU.
- 6.5.2. A fiscalização dos serviços pela CDHU não exime nem diminui a completa responsabilidade da Contratada por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

#### **6.6. Da Fiscalização Técnica**

- 6.6.1. O fiscal técnico do Contrato acompanhará a execução contratual, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.6.2. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.6.3. O fiscal técnico realizará, em conformidade com o Contrato e as Ordens de Serviço (OS's) emitidas, as conferências dos serviços executados.
- 6.6.4. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle contratual, precipuamente dos quantitativos e prazos estabelecidos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução deste objeto.
- 6.6.5. O fiscal técnico do Contrato informará ao gestor contratual, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.6.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução contratual nas datas aprazadas, o fiscal técnico do Contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor contratual.

#### **6.7. Da Fiscalização Administrativa**

- 6.7.1. O fiscal administrativo do Contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará a reserva orçamentária, o pagamento, as glosas e, quando for o caso, a formalização de apostilamento

e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

- 6.7.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do Contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor contratual para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## **6.8. Do Gestor do Contrato**

- 6.8.1. O gestor do Contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica e administrativa e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção do Contrato.
- 6.8.2. O gestor do Contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins da autorização da despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal de atendimento das obrigações assumidas contratualmente e do pagamento da despesa.
- 6.8.3. O gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei federal n.º 14.133/2021.
- 6.8.4. O gestor do Contrato deverá enviar a documentação pertinente à Superintendência de Finanças da Diretoria Administrativo-Financeira da CDHU para a formalização dos procedimentos de pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do Contrato.

## **7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **7.1. Do Recebimento**

- 7.1.1. Os produtos gráficos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Proposta Comercial.
- 7.1.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Proposta Comercial, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

- 7.1.3. Havendo diferença de quantidade ou de partes do produto fornecido, esta deverá ser complementada, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 7.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela CDHU, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- a) O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.1.5. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução deste objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela CDHU durante a análise prévia à autorização e ao pagamento da despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.1.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens/materiais nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual.

## **7.2. Da Autorização de Pagamento**

- 7.2.1. Recebida a Nota Fiscal/fatura, a ser apresentada (o) pela Contratada no primeiro dia subsequente à comunicação pela CDHU, a Superintendência de Inteligência Cadastral autorizará o pagamento dos produtos fornecidos, em função do atendimento das exigências contratuais, após o recebimento do correspondente Termo de Recebimento Definitivo (TRD), encaminhando-a (o) para a área financeira da CDHU para pagamento.
- 7.2.2. Para fins de autorização de pagamento, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentada (o) expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:
- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do Contrato e da CDHU;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/fatura ou circunstância que impeça a autorização do pagamento da despesa, esta (e) ficará sobrestada

(o) até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CDHU.

7.2.4. A Nota Fiscal/fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada (o) da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

7.2.5. A CDHU deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital; e
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CDHU.

7.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CDHU deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.8. Persistindo a irregularidade, a CDHU deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

7.2.9. Havendo a efetiva execução deste objeto, o (s) pagamento (s) será (ão) realizado (s) normalmente, até que se decida pela extinção do Contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **7.3. Do Prazo de Pagamento**

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do aceite da Nota Fiscal/fatura pelo Gestor do Contrato, conforme subitem 7.2., nos termos do art. 2º do Decreto estadual n.º 32.117/90 e suas alterações.

7.3.2. No caso de atraso pela CDHU, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente, nos termos do artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual n.º 67.608/2023, c.c. o artigo 1º do Decreto estadual n.º 32.117/1990, bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

#### **7.4. Da Forma de Pagamento**

- 7.4.1. O pagamento será realizado exclusivamente por meio de crédito aberto em conta corrente no Banco do Brasil S/A, em nome da Contratada, sendo que o depósito da respectiva quantia pela CDHU configurará plena, geral e irrevogável quitação para todos os fins e efeitos de direito.
- 7.4.1.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da Contratada no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela Contratada, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual n.º 12.799/2008.
- 7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.4.3. A CDHU poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na Nota Fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.
- 7.4.3.1. Independentemente do percentual do tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.4.4. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E DO REGIME DE EXECUÇÃO**

#### **8.1. Da Forma de seleção e do critério de julgamento da proposta**

- 8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### **8.2. Do Regime de Execução**

- 8.2.1. O regime de execução do Contrato será de empreitada por preço unitário.

### **8.3. Da Proposta Comercial e do Critério de Aceitabilidade de Preços**

- 8.3.1. A Proposta Comercial deverá ser elaborada nos termos do Anexo I do Edital.
- 8.3.2. Os preços unitários ofertados não deverão conter qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.
- a) No valor proposto para todos os itens integrantes da presente contratação deverão constar, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relacionados à perfeita execução do objeto desta licitação, tais como: materiais e seus insumos; equipamentos; mão de obra; tributos (impostos, taxas e contribuições), PIS, COFINS, CSLL e ônus incidentes; lucro; seguro; despesas de administração; custos com transporte, frete, embalagens; ensaios; eventuais perdas, custos ou despesas para sua perfeita consecução.
- b) O(s) preço(s) unitário(s) ofertado(s) deverá(ão) contemplar no máximo duas casas de centavo.
- c) As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste instrumento, no Edital e seus anexos.
- 8.3.3. O Licitante deverá, obrigatoriamente, ofertar preços para todos os itens que o compõem o grupo licitado e nas quantidades totais estabelecidas.
- a) A Proposta Comercial deve ser apresentada em valor vigente na data de sua apresentação.
- 8.3.5. A aceitabilidade dos preços ofertados dar-se-á quanto à compatibilidade com os preços praticados em mercado.

### **8.4. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

- 8.4.1. Para fins de Habilitação, deverá o Licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **I - Da Habilitação Jurídica**

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- b) **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

- c) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- d) **Filial, sucursal ou agência de sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência de sociedade empresária, respectivamente, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- e) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei n.º 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o artigo 107 da Lei n.º 5.764/71.
- I.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **II - Da Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa relativas a tributos federais e à Dívida Ativa da União, com prazo de validade em vigor, conforme Decreto federal n.º 8.302/14 e Portaria do Ministério da Fazenda 358, de 05/09/14.
- b) Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, obtida no endereço eletrônico: <http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>, com prazo de validade em vigor.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com prazo de validade em vigor.
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, com prazo de validade em vigor.
- II.1. Serão aceitas Certidões Negativas e Certidões Positivas com Efeito de Negativas.

## **III - Da Qualificação Econômico-Financeira**

- a) Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor judicial da sede do Licitante, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias antes da data fixada para o recebimento das propostas, se outro prazo não estiver assinalado em lei ou no próprio documento.
- a.1) Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “d” deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.

#### **IV - Da Qualificação Técnica**

- a) Atestado (s) ou Certidão (ões) emitido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, em nome do Licitante, que comprove (m) que o Licitante prestou ou está executando serviços gráficos.
- a.2) O (s) Atestado (s) ou Certidão (ões) deverá (ão) conter exemplificadamente:
- Prazo contratual, datas de início e término;
  - Natureza do fornecimento dos produtos;
  - Quantidades executadas;
  - Caracterização do bom desempenho do Licitante;
  - Outros dados característicos; e
  - A identificação da pessoa jurídica emitente, bem como o nome, o cargo e o telefone do signatário.
- a.3) O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou obter a confirmação do teor da documentação apresentada, solicitando ao Licitante documentos complementares, tais como: Nota (s) Fiscal (ais), Contrato, Ordem de Compra, etc.

#### **8.4.2. Das Outras Comprovações:**

- a) Declaração, conforme modelo apresentado no Anexo II – Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação do Edital, subscrita por representante legal do licitante, atestando que:
- a.1) Cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual.
- b) Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei n. 14.133/2021:
- b.1) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o Contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos artigos 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei n. 5.764/71.

- b.2) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.
- b.3) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata de assembleia.
- b.4) Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia.
- b.5) Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.
- b.6) A última auditoria contábil-financeira de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento das alíneas anteriores.

## **9. DO VALOR TOTAL REFERENCIAL DA CONTRATAÇÃO**

- 9.1. O custo estimado desta contratação possui caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das Propostas, nos termos do caput do art. 34 da Lei federal n.º 13.303/16 e do artigo 39 do RILC CDHU.

## **10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Administração Indireta do Estado.
- 10.2. No presente exercício, esta contratação será atendida pela seguinte dotação:
  - I) Gestão/Unidade: 5.05.00.00 – Superintendência de Inteligência Cadastral.
  - II) Fonte de Recursos: Recursos Próprios da Administração Indireta.
  - III) Programa de Trabalho: Administração da Unidade.
  - IV) Elemento de Despesa: - Fluxo Financeiro n.º 22010207 - Material de Aplicação Direta.

Obs.: É prestação de serviços – verificar.

- V) Plano Interno: Atividades administrativas da Companhia – Suprimentos; Nota de Reserva n.º C11632, de 08/05/2026.

**11. DO APÊNDICE**

**11.1. Arte final dos Cartões-Senha**

Maio/2026.

**TICIANE COSTA D'ALOIA**  
Diretora de Atendimento Habitacional

## APÊNDICE 1

### ARTE FINAL DOS CARTÕES-SENHA

**CDHU**

**IDOSO (ACIMA DE 80 ANOS) - URNA**

**CDHU**

**IDOSO (ACIMA DE 80 ANOS)**

**CDHU**

**IDOSO - URNA**

**CDHU**

**IDOSO**

microsenilhado

**CDHU**

**URNA**

microsenilhado

**CDHU**

microsenilhado

**CDHU**

**URNA**

microsenilhado

**CDHU**

microsenilhado

**CDHU**

**URNA**

microsenilhado

**CDHU**

microsenilhado

**CDHU**

**URNA**

microsenilhado

**CDHU**

microsenilhado

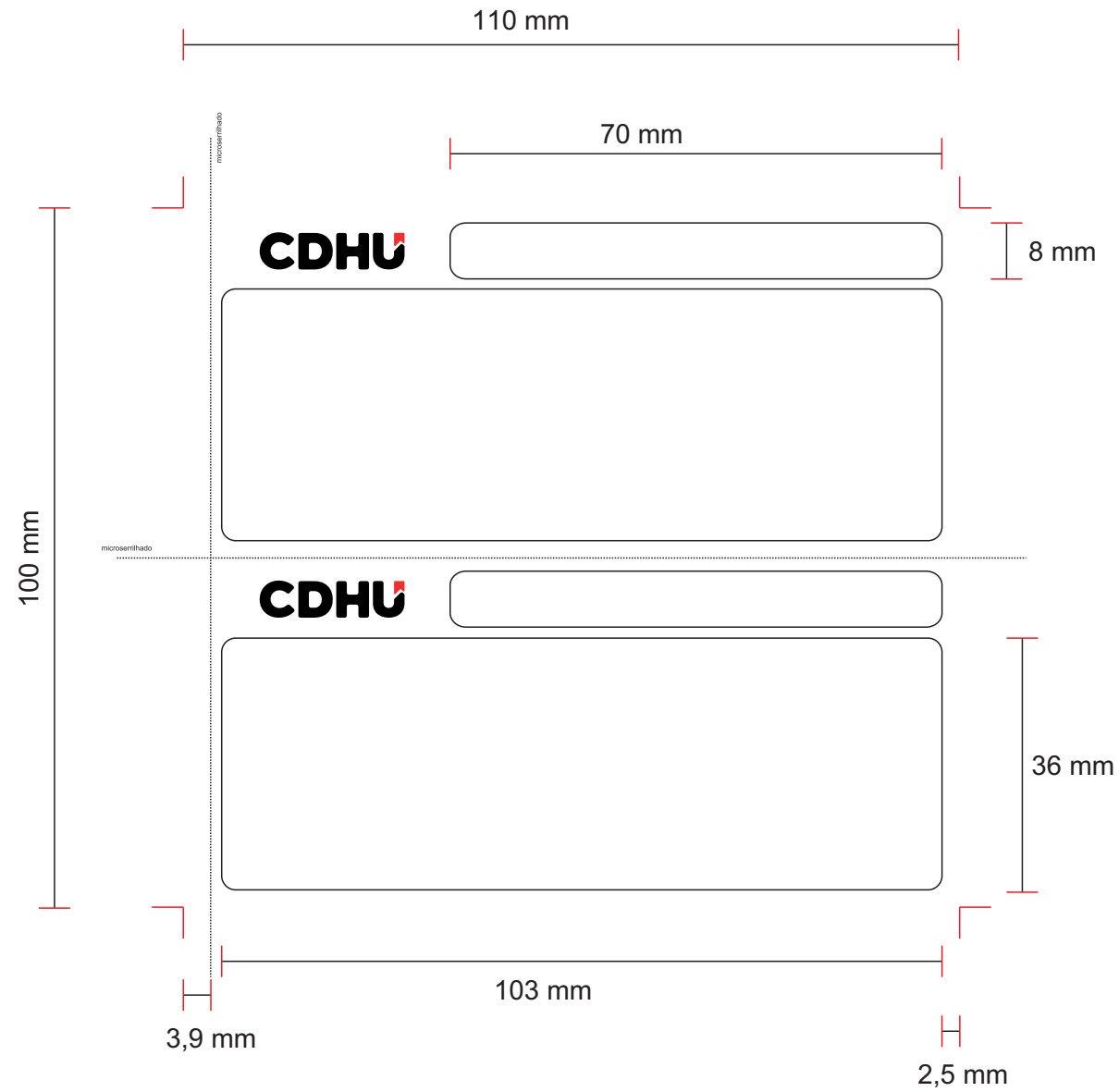
**CDHU**

**URNA**

microsenilhado

**CDHU**

# Referência de medidas



## **ANEXO V**

### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

#### **1 - INFORMAÇÕES BÁSICAS**

- N.º do Estudo Técnico Preliminar: 07/2026
- Categoria do objeto: Serviços
- Processo Administrativo: CDHU SEI n.º 387.00001957/2026-04

#### **2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

Os cartões-senha, confeccionados em etiquetas adesivas personalizadas são utilizados no processo de seleção de famílias ao atendimento habitacional nos programas habitacionais do estado, sob administração da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU, conforme Lei estadual n.º 13.094/2008, que alterou a Lei n.º 10310/1999, que dispõe sobre sorteio entre os interessados previamente inscritos.

Para realização dos sorteios, a CDHU instituiu modelos de senhas por grupo e renda, que são compostas por duas partes: uma que será depositada em Urna e outra que ficará em poder da família durante o sorteio produzidas em etiquetas adesivas.

As senhas são produzidas em etiquetas adesivas, emitidas e entregues às famílias com até 24 horas de antecedência do evento de sorteio.

No dia do evento, a família deposita a parte da senha titulada com a palavra “URNA”, na urna de cor e grupo ao qual se inscreveu e outra parte fica em seu poder.

As urnas são transparentes e os sorteios são realizados ao vivo para todas as famílias inscritas ou seus representantes, em ambiente aberto suscetível a intempéries, conferindo ao processo de sorteio da CDHU grande legitimidade e transparência.

No ano de 2026, está prevista a realização de inscrição e sorteio para 110 empreendimentos, num total de 14.000 unidades habitacionais em todo Estado de São Paulo.

Considerando a análise populacional de cada município onde serão implantados os empreendimentos e que 10% da população, em média, se

inscreve para participar dos sorteios da CDHU, estimamos a necessidade de confecção de 650.000 etiquetas adesivas personalizadas, o que motivou a instauração do presente certame.

### **3 - ÁREA REQUISITANTE**

- Área: Superintendência de Inteligência Cadastral
- Responsável: Superintendência de Inteligência Cadastral

### **4 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Os cartões-senha, a serem confeccionados em etiquetas adesivas personalizadas, deverão estar em conformidade às Normas Técnicas da ABNT, resoluções nacionais vigentes, e demais regulamentos, de modo a assegurar que tenham as propriedades desejáveis ao trabalho a ser desenvolvido quanto a: durabilidade, aderência, resistência a altas temperaturas, impressão, resistência a umidade, atóxicas, e outras a fim de preservar a saúde e integridade física dos usuários, passíveis de serem testadas por métodos de ensaio normatizados para averiguação.

Os produtos a serem fornecidos componentes deste objeto, nos termos do Decreto estadual n.º 53.336/2008, que trata do “Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis” no Estado de São Paulo, deverão atender critérios sócio ambientais, fabricados com tecnologias menos agressivas ao meio ambiente, atóxicos, e que minimizem a geração de resíduos, dentre outros.

Os produtos a serem fornecidos deverão ter prazo de garantia de acordo com o especificado pelo fabricante do material.

### **5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO**

Diante do planejamento para a aquisição de cartões-senha em etiquetas adesivas personalizadas, nos termos de legislação vigente, inaplicável a adoção do registro de preços, pois já definido previamente o quantitativo a ser demandado.

Dada as características do objeto, por ser tratar de produto personalizado, deve a Administração efetuar a contratação de serviços gráficos; porém, como a CDHU não dispõe de local para guarda, em única entrega, do quantitativo total dos itens objeto da presente contratação, sua execução será realizada por etapas, consoante demanda interna para a utilização do produto, mediante o regime de execução de empreitada por preço unitário.

### **6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

Após a contratação será solicitada, dentro do prazo 10 (dez) dias úteis, uma prova dos cartões-senha personalizados para aprovação da arte, textos, cores e acabamentos, antes da primeira produção a ser solicitada, garantindo que o resultado físico corresponda às especificações técnicas descritas em Termo de Referência da CDHU.

A execução dos serviços gráficos dar-se-á mediante prévia emissão, pela CDHU, das respectivas de Ordens de Serviço – OS, nos termos de contrato firmado entre as partes para confecção do material por tipo de cartão e quantitativos necessário, com entrega estimada em 10 (dez) dias corridos do recebimento da OS.

Os produtos confeccionados devem ser acondicionados adequadamente, permitindo o transporte, armazenamento e conservação de forma segura, sem comprometimento da qualidade e em condições de utilização, observada a vida útil do material, do tipo de impressão e das condições ambientais para sua guarda.

## 7 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS GRÁFICOS – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE DE MEDIDA	[*] QUANT. TOTAL	CATSER
I	1	<b>CARTÃO-SENHA COR AZUL</b>  O cartão-senha deve ser produzido em etiqueta adesiva personalizada, papel adesivo Vinil (frente), liner papel base couché siliconado, com gramatura típica de 130G, acabamento brilhante, impressão 4 x 0, nas dimensões 100 mm x 110 mm, com serrilha na horizontal e meio corte na vertical, com espessura mínima de 80 micra, alta resistência à água e intempéries (sol/chuva/umidade), com inclusão de logomarca e texto, em folhas, conforme arte final anexa (Apêndice 1). Os cartões-senha devem ser fabricados em conformidade com as normas regulamentadoras e demais especificações e condições de entrega definidas no Termo de Referência – Anexo IV do Edital.	unidade	450.000 Unidades	18961

	2	<p><b>CARTÃO-SENHA COR VERDE</b></p> <p>O cartão-senha deve ser produzido em etiqueta adesiva personalizada, papel adesivo Vinil (frente), liner papel base couché siliconado, com gramatura típica de 130G, acabamento brilhante, impressão 4 x 0, nas dimensões 100 mm x 110 mm, com serrilha na horizontal e meio corte na vertical, com espessura mínima de 80 micra, alta resistência à água e intempéries (sol/chuva/umidade), com inclusão de logomarca e texto, em folhas, conforme arte final anexa (Apêndice 1). Os cartões-senha devem ser fabricados em conformidade com as normas regulamentadoras e demais especificações e condições de entrega definidas no Termo de Referência – Anexo IV do Edital.</p>	unidade	50.000 Unidades	
	3	<p><b>CARTÃO-SENHA COR VERMELHA</b></p> <p>O cartão-senha deve ser produzido em etiqueta adesiva personalizada, papel adesivo Vinil (frente), liner papel base couché siliconado, com gramatura típica de 130G, acabamento brilhante, impressão 4 x 0, nas dimensões 100 mm x 110 mm, com serrilha na horizontal e meio corte na vertical, com espessura mínima de 80 micra, alta resistência à água e intempéries (sol/chuva/umidade), com inclusão de logomarca e texto, em folhas, conforme arte final anexa (Apêndice 1). Os cartões-senha devem ser fabricados em conformidade com as normas regulamentadoras e demais especificações e condições de entrega definidas no Termo de Referência – Anexo IV do Edital.</p>	unidade	10.000 Unidades	

	4	<p><b>CARTÃO-SENHA COR LARANJA</b></p> <p>O cartão-senha deve ser produzido em etiqueta adesiva personalizada, papel adesivo Vinil (frente), liner papel base couché siliconado, com gramatura típica de 130G, acabamento brilhante, impressão 4 x 0, nas dimensões 100 mm x 110 mm, com serrilha na horizontal e meio corte na vertical, com espessura mínima de 80 micra, alta resistência à água e intempéries (sol/chuva/umidade), com inclusão de logomarca e texto, em folhas, conforme arte final anexa (Apêndice 1). Os cartões-senha devem ser fabricados em conformidade com as normas regulamentadoras e demais especificações e condições de entrega definidas no Termo de Referência – Anexo IV do Edital.</p>	unidade	45.000 Unidades	
	5	<p><b>CARTÃO-SENHA, COR BRANCA (IDOSOS)</b></p> <p>O cartão-senha deve ser produzido em etiqueta adesiva personalizada, papel adesivo Vinil (frente), liner papel base couché siliconado, com gramatura típica de 130G, acabamento brilhante, impressão 4 x 0, nas dimensões 100 mm x 110 mm, com serrilha na horizontal e meio corte na vertical, com espessura mínima de 80 micra, alta resistência à água e intempéries (sol/chuva/umidade), com inclusão de logomarca e texto, em folhas, conforme arte final anexa (Apêndice 1). Os cartões-senha devem ser fabricados em conformidade com as normas regulamentadoras e demais especificações e condições de entrega definidas no Termo de Referência – Anexo IV do Edital.</p>	unidade	50.000 Unidades	

	6	<b>CARTÃO-SENHA COR AMARELA</b>  O cartão-senha deve ser produzido em etiqueta adesiva personalizada, papel adesivo Vinil (frente), liner papel base couché siliconado, com gramatura típica de 130G, acabamento brilhante, impressão 4 x 0, nas dimensões 100 mm x 110 mm, com serrilha na horizontal e meio corte na vertical, com espessura mínima de 80 micra, alta resistência à água e intempéries (sol/chuva/umidade), com inclusão de logomarca e texto, em folhas, conforme arte final anexa (Apêndice 1). Os cartões-senha devem ser fabricados em conformidade com as normas regulamentadoras e demais especificações e condições de entrega definidas no Termo de Referência – Anexo IV do Edital.	unidade	40.000 Unidades	
	7	<b>CARTÃO-SENHA COR CINZA (IDOSOS ACIMA DE 80 ANOS)</b>  O cartão-senha deve ser produzido em etiqueta adesiva personalizada, papel adesivo Vinil (frente), liner papel base couché siliconado, com gramatura típica de 130G, acabamento brilhante, impressão 4 x 0, nas dimensões 100 mm x 110 mm, com serrilha na horizontal e meio corte na vertical, com espessura mínima de 80 micra, alta resistência à água e intempéries (sol/chuva/umidade), com inclusão de logomarca e texto, em folhas, conforme arte final anexa (Apêndice 1). Os cartões-senha devem ser fabricados em conformidade com as normas regulamentadoras e demais especificações e condições de entrega definidas no Termo de Referência – Anexo IV do Edital.	unidade	5.000 Unidades	

Observações: [\*] QUANT.: estimativa total para a vigência da contratação.

[\*\*] Os serviços gráficos foram cadastrados no Grupo 891 – Serviços de Reprodução, Publicação e Impressão, no código de serviço n. 18961 – “confecção/instalação etiqueta personalizada adesivo” do Catálogo de Serviços – CATSER integrante do sistema compras.gov.br.

**8 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Nos termos do caput do art. 34 da Lei federal n.º 13.303/16, o valor estimado para a contratação será sigiloso até a fase de homologação da licitação.

**9 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

Objetivando a padronização da identidade visual do produto cartão-senha, utilizado pela CDHU, a ser confeccionado apenas com variação de cores e textos em formatação previamente definida (layout, gramatura, acabamento e dimensões), conforme arte integrante de Apêndice 1 de Anexo **IV** – Termo de Referência de Edital e o ganho com a economia de escala, automação do processo e redução de desperdício, inviabilizado o parcelamento da solução para que não haja prejuízo à eficiência administrativa, à uniformidade do material e à redução do custo de matrizes gráficas.

**10 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não há.

**11 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

A presente contratação está alinhada na previsão do orçamento 2026 desta CDHU.

**12 - BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS**

A confecção dos cartões-senha personalizados propiciará, de maneira eficiente, ao cumprimento do que determina a legislação estadual no processo de seleção de famílias inscritas, por meio de sorteio, com vistas ao atendimento habitacional nos programas habitacionais do Estado, sob administração da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU.

**13 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

Não aplicável.

**14 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

Consoante especificações técnicas e características sustentáveis exigidas nesta contratação vislumbra-se a mitigação dos impactos ambientais resultantes do consumo destes produtos.

**15 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

Considerando as justificativas, os requisitos e o modelo de contratação explanados neste ETP, restam presentes as condições que ratificam sua plena viabilidade.

## **16 - RESPONSÁVEIS**

Maio/2026.

**TICIANE COSTA D'ALOIA**  
Diretora de Atendimento Habitacional